

**No. 27669**

---

**BRAZIL  
and  
GREECE**

**Social Security Convention. Signed at Athens on 12 September 1984**

*Authentic texts: Portuguese, Greek and French.  
Registered by Brazil on 28 November 1990.*

---

**BRÉSIL  
et  
GRÈCE**

**Convention sur la sécurité sociale. Signée à Athènes le 12 septembre 1984**

*Textes authentiques : portugais, grec et français.  
Enregistrée par le Brésil le 28 novembre 1990.*

## [PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA HELÊNICA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

O Governo da República Helênica  
e  
O Governo da República Federativa do Brasil,

Desejosos de regular as relações dos dois países em matéria de previdência social,

Resolveram assinar o presente Acordo de Previdência Social nos termos seguintes:

**TÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 1º**

- a) O termo "Grécia" designa a República Helênica.
- b) O termo "Brasil" designa a República Federativa do Brasil.
- c) O termo "trabalhador" designa qualquer pessoa que preencha os perfodos de seguro tais como são definidos pelas legislações mencionadas no Artigo II do presente Acordo.
- d) Os termos "membros da família", "sobreviventes" e "dependentes" têm a significação que couber segundo a legislação aplicável.

---

<sup>1</sup> Identification of paragraphs reflects the official Portuguese alphabet of Brazil (information provided by the Government of Brazil)—Les paragraphes sont identifiés selon l'alphabet officiel portugais du Brésil (information fournie par le Gouvernement du Brésil).

e) O termo "legislação" designa as leis, os decretos, os regulamentos e qualquer outra disposição, existentes ou futuras, concernentes aos sistemas de previdência social mencionados no Artigo II do presente Acordo.

f) O termo "autoridade competente" designa a autoridade competente para a aplicação das legislações mencionadas no Artigo II do presente Acordo e, em particular:

- no que concerne à Grécia, o Ministro da Seguridade Social;

- no que concerne ao Brasil, o Ministro da Previdência e Assistência Social.

g) O termo "instituição competente" designa a instituição à qual o interessado é filiado no momento do pedido de prestação ou a instituição de parte da qual o interessado tem direito à prestação ou teria direito se ele ou sua família residissem no território do Estado Contratante onde esta instituição se encontra.

h) O termo "Estado competente" designa o Estado Contratante em cujo território a instituição competente se encontra.

i) O termo "organismo de ligação" designa os organismos indicados pelas autoridades competentes para se comunicarem entre si e para intervirem junto às instituições competentes para o tratamento dos assuntos concernentes aos pedidos de prestações.

j) O termo "organismo de gestão" designa a instituição competente para aplicação das legislações enumeradas no Artigo II do presente Acordo.

l) O termo "atividade independente" designa toda a atividade profissional remunerada exercida habitualmente e por conta própria.

m) O termo "períodos de seguro" designa os períodos de contribuição ou de emprego tais como são definidos ou admitidos como períodos de seguro pela legislação sob a qual eles foram cumpridos, assim como os períodos assemelhados, na medida em que são reconhecidos por esta legislação como equivalentes aos períodos de seguro.

n) Qualquer outro termo do presente Acordo tem o significado que lhe convém de acordo com a legislação nos Estados Contratantes.

#### ARTIGO II

1. O presente Acordo se aplica:

A) - na Grécia:

a) à legislação do regime geral de seguros sociais que cobre os trabalhadores assalariados ou assemelhados quanto aos riscos de velhice, morte, invalidez, doença, maternidade, acidentes do trabalho e doenças profissionais, e prestações familiais;

b) à legislação relativa aos regimes especiais de seguros sociais que cobrem, quanto aos riscos mencionados na letra a acima, certas categorias de trabalhadores assalariados ou assemelhados e as pessoas exercentes de uma atividade independente ou uma profissão liberal, salvo quanto ao regime dos integrantes da Marinha Mercante, ao qual o presente Acordo poderá ser aplicado mediante comum acordo das autoridades competentes.

B) - no Brasil:

- à legislação concernente ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPASE, no que houver reciprocidade, ao Regime do Funcionário Federal.

2. O presente Acordo se aplica igualmente às legislações dos Estados Contratantes que estendam a aplicação da legislação existente a novas categorias profissionais ou que estabeleçam novos regimes de previdência social, salvo se o Governo do Estado Contratante que estende sua legislação ou estabelece os novos regimes notificar ao Governo do outro Estado Contratante sua vontade de excetuar essas disposições do campo de aplicação do presente Acordo, no prazo de 6 meses a contar da data da publicação oficial daquelas.

ARTIGO III

O presente Acordo se aplica aos trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, que estejam ou tenham estado sujeitos à legislação de um ou dos dois Estados Contratantes, bem como aos membros de sua família ou dependentes, quando residam em um dos Estados Contratantes.

ARTIGO IV

Os nacionais de cada uma da Partes Contratantes residentes no território da outra Parte têm direito aos mesmos benefícios e são submetidos às mesmas obrigações que os nacionais deste Estado.

ARTIGO V

1. As prestações em espécie concedidas de acordo com a legislação de um ou dos dois Estados Contratantes não serão passíveis de redução, suspensão ou extinção pelo único fato de que o beneficiário reside no outro Estado Contratante.

2. As vantagens da previdência social reconhecidas de acordo com a legislação de um dos Estados Contratantes aos seus próprios beneficiários, se eles residirem no território de um terceiro país, serão concedidas nas mesmas condições aos nacionais do outro Estado Contratante, igualmente.

ARTIGO VI

Se a legislação de um dos Estados Contratantes subordina a filiação ao seguro voluntário ou facultativo ao cumprimento de perfodos de seguro de acordo com as disposições relativas a ele, os perfodos de seguro ou de emprego cumpridos sob a legislação do outro Estado Contratante serão levados em conta para essa finalidade, na medida do possível, como se se tratasse de perfodos de seguro cumpridos sob a legislação do primeiro Estado.

**TÍTULO II**  
**DISPOSIÇÕES RELATIVAS A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**ARTIGO VII**

1. O trabalhador ao qual o presente Acordo é aplicável não é sujeito senão à legislação de um só dos Estados Contratantes. Esta legislação é determinada segundo o disposto neste Título.

2. Sob reserva das disposições do presente Acordo:

a) O trabalhador ocupado no território de um dos Estados Contratantes estará sujeito à legislação deste Estado, mesmo que tenha domicílio no território de outro Estado ou que a empresa ou o empregador que o ocupa tenha sua sede ou seu domicílio no território do outro Estado.

b) Os membros da equipagem de um navio sob o pavilhão de um dos Estados Contratantes estarão sujeitos à legislação em vigor neste mesmo Estado. Qualquer outra pessoa engajada pelo navio para tarefas de carga e descarga, de reparos ou de vigilância, quando o referido navio se encontrar no porto, estará sujeita à legislação do Estado sob cuja jurisdição estiver o navio.

3. O pessoal de movimento de empresa de transportes aéreos estará sujeito à legislação do Estado Contratante em cujo território a empresa tenha sua sede.

**ARTIGO VIII**

Em derrogação das disposições do parágrafo 2, letra a, do Artigo precedente:

a) os membros das representações diplomáticas e consulares, dos organismos internacionais e outros funcionários dessas representações, assim como seus empregados domésticos, são regidos, no que concerne à previdência social, pela legislação, os tratados e convenções que lhes são aplicáveis;

b) os funcionários e o pessoal assemelhado de um dos Estados Contratantes enviados para o território de outro Estado, a fim de ali exercerem suas funções, estarão sujeitos à legislação do Estado Contratante a que pertença a administração que os ocupe;

c) o trabalhador de uma empresa sediada em um dos Estados Contratantes, que tenha sido destacado para o território do outro Estado Contratante por um período limitado, permanecerá sujeito à legislação em vigor no Estado de origem, desde que a duração prevista do seu trabalho não exceda a 12 (doze) meses. Esta situação poderá, excepcionalmente, ser mantida mediante acordo prévio com o Governo do país onde se exerce o trabalho ocasional;

d) se a duração do trabalho a se efetuar se prolongar, em razão de circunstâncias imprevistas, além da duração primitivamente prevista de 12 (doze) meses, a legislação em vigor no Estado onde ele trabalha habitualmente pode continuar aplicável, por exceção, desde que a autoridade competente do Estado onde ele se ocupa temporariamente esteja de acordo;

e) as regras estabelecidas nas alíneas "c" e "d" do presente Artigo são aplicáveis igualmente às pessoas que exerçam atividade independente no território de um dos Estados Contratantes e que se encontrem para a execução desta atividade no território do outro Estado por um período limitado.

#### ARTIGO IX

As autoridades competentes dos dois Estados Contratantes podem prever, de comum acordo, exceções às disposições enunciadas nos Artigos VII e VIII para determinados trabalhadores ou para certas categorias de trabalhadores.;

**TÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES PARTICULARES RELATIVAS ÀS**  
**DIFERENTES CATEGORIAS DE PRESTAÇÕES**

**CAPÍTULO I**  
**DOENÇA, MATERNIDADE E PRESTAÇÕES FAMILIAIS**

**ARTIGO X**

Se a legislação de um dos Estados Contratantes subordinar a aquisição, a manutenção e a recuperação do direito às prestações em espécie ou em natureza ao cumprimento de períodos de seguro ou de emprego, a instituição competente levará em conta, na medida o possível, os períodos de seguro ou de emprego cumpridos sob a legislação do outro Estado Contratante, como se se tratasse de períodos cumpridos sob a legislação do primeiro Estado.

**ARTIGO XI**

1. O titular de uma prestação em dinheiro devida segundo as legislações dos dois Estados Contratantes, assim como seus dependentes que residam permanente ou temporariamente no território do outro Estado, receberão as prestações em natureza da instituição do Estado do lugar de residência permanente ou temporária, a cargo desta instituição.

2. O titular de uma prestação em dinheiro devida segundo a legislação de um só dos Estados Contratantes, bem como seus dependentes que residam permanente ou temporariamente no território do outro Estado, receberão as prestações em natureza da instituição deste último Estado segundo a legislação nele aplicável. A instituição que conceda a prestação em dinheiro reembolsará as despesas daquelas prestações à instituição que as fornece.

**ARTIGO XII**

As autoridades competentes poderão regular por um acordo administrativo a concessão das prestações por doença ou de maternidade aos trabalhadores e aos seus dependentes que transferirem sua

residência ou permanência no território daquele dos dois Estados Contratantes que não for o competente, e que preencham as condições previstas pela legislação deste último Estado.

#### ARTIGO XIII

As despesas com prestações em natureza fornecidas por um dos Estados Contratantes à conta da instituição do outro Estado, em virtude de disposições do presente Acordo, serão reembolsadas pela forma determinada nos acordos administrativos previstos no Artigo XXI.

#### ARTIGO XIV

As autoridades competentes dos dois Estados Contratantes poderão regular, de comum acordo, com base nas suas legislações nacionais, as medidas necessárias para a aprovação da concessão das prestações familiais no território daquele dos dois Estados Contratantes onde a instituição competente não tenha sede.

### CAPÍTULO II INVALIDEZ, VELHICE, MORTE

#### ARTIGO XV

I. a) Se o trabalhador houver estado sucessiva ou alternativamente sujeito às legislações dos dois Estados Contratantes, os períodos de seguro, cumpridos de conformidade com a legislação de cada um dos dois Estados, serão totalizados, com a condição de que não se superponham, para a aquisição, a manutenção e a recuperação do direito às prestações.

b) Se a legislação de um dos Estados Contratantes subordinar a concessão de certas prestações à condição de que os períodos de seguro tenham sido cumpridos em uma profissão sujeita a disposições especiais, os períodos cumpridos no outro Estado sob disposições correspondentes ou, em sua falta, na mesma profissão ou no mesmo emprego, serão totalizados exclusivamente para efeito da concessão dessas prestações, mesmo que não existam no outro Estado disposições

especiais para a mesma profissão ou o mesmo emprego. Se, levados em conta os períodos assim cumpridos, o interessado não satisfizer as condições exigidas para se beneficiar das ditas prestações, os períodos serão considerados para a concessão das prestações de acordo com as disposições gerais.

2. Se o trabalhador satisfizer as condições previstas pela legislação de um dos Estados Contratantes para a concessão das prestações sem que a totalização dos períodos de seguro mencionados no parágrafo precedente seja necessária, a instituição competente deste Estado determinará o montante das prestações segundo os períodos de seguro cumpridos exclusivamente conforme as disposições da legislação por ela aplicada. Esta disposição se aplicará igualmente no caso em que o beneficiário tenha direito às prestações por parte do outro Estado Contratante calculadas em conformidade com o parágrafo 3.

3. Quando um trabalhador não puder fazer valer um direito às prestações em virtude unicamente dos períodos de seguro cumpridos segundo a legislação de um Estado Contratante, a instituição competente deste Estado determinará o direito às prestações totalizando os períodos de seguro cumpridos de acordo com a legislação do outro Estado Contratante, na medida do possível, para o cumprimento das condições previstas pela sua própria legislação, e calculará o montante da prestação em conformidade com as seguintes disposições:

a) determina-se o montante teórico da prestação à qual o interessado poderia pretender se todos os períodos de seguro totalizados houvessem sido cumpridos segundo as disposições de sua legislação;

b) em seguida, determina-se o montante efetivo da prestação à qual o interessado tem direito na base do montante teórico indicado na letra a, segundo o pro rata da duração dos períodos de seguro cumpridos sob a legislação que a instituição aplica, relativamente à duração dos períodos de seguro cumpridos nos dois Estados.

4. Se a legislação de um dos Estados Contratantes prevê que o cálculo das prestações baseia-se no salário ou nas contribuições, a instituição que determinar a prestação em virtude do presente Artigo levará em conta exclusivamente o montante dos salários ou das contribuições versadas segundo a legislação que ela aplica.

5. Por derrogação às disposições do parágrafo 1, letra a, se a duração total dos períodos de seguro compridos sob a legislação de um dos Estados Contratantes não atingir um ano e se, levados em conta apenas estes períodos, nenhum direito às prestações for adquirido em virtude das disposições dessa legislação, a instituição desse Estado não será obrigada a conceder as prestações em razão dos dito período. Em contraposição, a instituição competente do outro Estado Contratante deverá levar em conta estes períodos de seguro, seja para a abertura do direito, seja para o cálculo da prestação.

#### ARTIGO XVI

O valor das prestações devido por parte das instituições competentes dos Estados Contratantes não poderá ser inferior ao valor mínimo da prestação em virtude da legislação do Estado Contratante em cujo território o beneficiário resida.

#### ARTIGO XVII

Se a legislação de um dos Estados Contratantes subordinar a concessão das prestações à condição de que o trabalhador, no momento da verificação de sua situação para a outorga das prestações, esteja sujeito à legislação do dito país, esta condição será considerada como cumprida no caso em que, no momento da verificação dessa eventualidade, ele estiver sujeito à legislação do outro Estado ou tiver direito às prestações no outro Estado.

### TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

#### ARTIGO XVIII

1. As autoridades competentes, as instituições e os organismos de ligação dos dois Estados Contratantes comunicar-se-ão entre si qualquer informação concernente:

- a) às medidas tomadas para a aplicação deste Acordo;

b) às modificações de sua legislação que possam estender a aplicação deste Acordo.

2. Para a aplicação deste Acordo, as autoridades e as instituições dos Estados Contratantes deverão ajudar-se mutuamente a agir como se se tratasse da aplicação de sua própria legislação. Esta ajuda mútua será em princípio gratuita.

3. Para a aplicação deste Acordo as autoridades e as instituições dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente entre si, e bem assim com as pessoas interessadas e seus mandatários.

4. As autoridades, as instituições e as jurisdições de um dos Estados Contratantes não poderão rejeitar os pedidos ou outros documentos que lhes forem dirigidos pelo fato de serem redigidos na língua oficial do outro Estado Contratante.

#### ARTIGO XIX

1. As vantagens das isenções ou reduções de taxas de setor, custas de cartório e de registro; previstas pela legislação de um dos Estados Contratantes para as peças ou documentos a serem produzidos para a aplicação da legislação desse Estado, serão extensivas às peças ou documentos análogos a serem produzidos para a aplicação da legislação do outro Estado Contratante ou do presente Acordo.

2. Todos e quaisquer atos, documentos e peças a serem produzidos para a aplicação deste Acordo estarão dispensados do visto de legalização das autoridades diplomáticas ou consulares.

3. Os pedidos, declarações ou recursos que devam ser apresentados, em um prazo determinado, a uma autoridade ou a um organismo de um dos países Contratantes serão considerados como admissíveis se forem apresentados no mesmo prazo a uma autoridade ou a um organismo correspondente do outro país.

#### ARTIGO XX

As autoridades, as instituições e os organismos das dois Estados Contratantes poderão corresponder-se diretamente entre si, e

bem assim com as pessoas interessadas na sua língua oficial ou nas línguas inglesa ou francesa.

#### ARTIGO XXI

1. A aplicação deste Acordo será regulamentada por meio de acordos administrativos cuja elaboração poderá ser atribuída, pelas autoridades competentes, a uma comissão mista composta de representantes das Partes Contratantes.

2. Os acordos administrativos referidos no parágrafo precedente entrarão em vigor por troca de notas entre os dois Governos.

#### ARTIGO XXII

1. A instituição competente de um dos Estados Contratantes será obrigada a efetuar, a pedido da instituição competente do outro Estado, os exames médicos necessários para os beneficiários que se encontram em seu território.

2. As despesas dos exames médicos, bem como dos exames necessários à concessão das prestações estarão à cargo, reciprocamente, das instituições que os houverem efetuado.

#### ARTIGO XXIII

1. Para a aplicação do presente Acordo, qualquer requerimento, envio de documentos, pedido de reembolso ou solicitação de informações será feito por intermédio dos organismos de ligação, que são:

a) para a Grécia: o Instituto de Seguros Sociais (I.K.A.);

b) para o Brasil: o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

2. Os organismos de ligação estabelecerão, segundo as necessidades e em comum acordo, os formulários e certas-padrão convenientes para a aplicação deste Acordo.

3. Os organismos de ligação poderão igualmente estabelecer entre si modalidades administrativas de aplicação deste Acordo e dos acordos administrativos, a fim de que isto se faça da melhor forma possível, de acordo com seu espírito e sua letra.

#### ARTIGO XXIV

1. Os pagamentos decorrentes deste Acordo deverão ser efetuados legalmente na moeda do país Contratante que os fizer.

2. No caso em que limitações monetárias forem estabelecidas num dos Estados Contratantes, os dois Governos tomarão, imediatamente e em comum, medidas para assegurar a transferência entre os seus territórios das somas pecuniárias necessárias aos fins do presente Acordo.

#### ARTIGO XXV

1. O presente Acordo é concluído por prazo indeterminado, salvo denúncia por uma das Partes Contratantes. A denúncia será efectuada por via diplomática e produzirá efeito a partir de seis meses contados daquele que se seguir à data de recebimento da notificação.

2. Em caso de denúncia, as estipulações deste Acordo permanecerão aplicáveis aos direitos adquiridos durante o período em que estiverem em vigor.

3. Os direitos em curso de aquisição no momento em que este Acordo deixar de vigorar serão previstos, de comum acordo, pelas Partes Contratantes.

4. As autoridades consulares dos Estados Contratantes poderão representar, sem mandato governamental especial, os nacionais do seu próprio Estado perante as autoridades competentes e os organismos de gestão em matéria de previdência social do outro Estado.

ARTIGO XXVI

Cada Parte Contratante notificará a outra a respeito das disposições tomadas para a execução deste Acordo, o qual entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte àquele durante o qual os instrumentos de ratificação forem trocados.

ARTIGO XXVII

1. O presente Acordo não assegura direito algum ao pagamento de prestações por período anterior à data de sua entrada em vigor.

2. O período de seguro comprido em virtude da legislação de cada um dos Estados Contratantes antes da entrada em vigor do presente Acordo será levado em consideração para aplicação de suas disposições.

A regra enunciada na frase anterior não atinge as disposições das legislações dos dois Estados Contratantes que se refiram ao campo de aplicação temporário das referidas legislações. Os acordos administrativos previstos no Artigo XXI determinarão a forma de aplicação da disposição precedente.

3. Os direitos adquiridos anteriormente à entrada em vigor do presente Acordo e o pagamento das prestações poderão dar ensejo à revisão, a pedido dos interessados, levando-se em conta as disposições deste Acordo.

4. Nos casos mencionados no parágrafo 3 deste Artigo, as prestações serão devidas a contar da data da apresentação do pedido. Entretanto, caso o pedido seja apresentado dentro do prazo de dois anos a partir da entrada em vigor do presente Acordo, as prestações serão devidas a partir dessa data.

ARTIGO XXVIII

O presente Acordo será ratificado pelos Estados Contratantes segundo os procedimentos de cada um e os instrumentos de ratificação serão trocados no mais breve prazo.

Em fé do que, os Plenipotenciários dos dois Estados Contratantes assinaram o presente Acordo.

FEITO em Atenas, aos 12 dias de setembro de 1984, em três exemplares originais nas línguas grega, portuguesa e francesa, a língua francesa devendo prevalecer em caso de divergências de interpretação.

Pelo Governo  
da República Helênica:

[*Signed — Signé*]  
ROULA KAKLAMANAKI  
Vice-Ministro da Segurança Social

Pelo Governo  
da República Federativa  
do Brasil:

[*Signed — Signé*]  
ALARICO SILVEIRA Junior  
Embaixador

---

## [GREEK TEXT — TEXTE GREC]

## ΣΥΜΒΑΣΗ ΚΟΙΝΩΝΙΚΗΣ ΑΣΦΑΛΕΙΑΣ

μεταξύ της Κυβέρνησης της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Βραζιλίας και της Κυβέρνησης της Ελληνικής Δημοκρατίας.

Η Κυβέρνηση της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας  
της Βραζιλίας

και

Η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας

Επιθυμώντας να ρυθμίσουν τις σχέσεις των δύο χωρών στον τομέα της κοινωνικής ασφάλειας,

ΑΠΟΦΑΣΙΣΑΝ να συνάψουν την παρούσα Σύμβαση Κοινωνικής Ασφάλειας με τους ακόλουθους όρους :

## ΤΙΤΛΟΣ Ι

## ΓΕΝΙΚΕΣ ΔΙΑΤΑΞΕΙΣ

## 'Αρθρο Ιι

α) Ο δρος " Ελλάδα " σημαίνει την Ελληνική Δημοκρατία .

<sup>1</sup> Identification of paragraphs reflects the official Portuguese alphabet of Brazil (information provided by the Government of Brazil)—Les paragraphes sont identifiés selon l'alphabet officiel portugais du Brésil (information fournie par le Gouvernement du Brésil).

β) Ο δρος "Βραζιλία" σημαίνει την Ομοσπονδιακή Δημοκρατία της Βραζιλίας.

γ) Ο δρος "εργαζόμενος" σημαίνει τα πρόσωπα τα οποία έχουν διανύσει περιόδους ασφάλισης δημοσίες προσδιορίζονται από τις νομοθεσίες που αναφέρονται στο άρθρο II της παρούσας Σύμβασης.

δ) Ο δρος "μέλη της οικογένειας", "επιζώντες" και "δικαιοδόχοι" θα έχουν τη σημασία σύμφωνα με την εφαρμοστέα νομοθεσία.

ε) Ο δρος "νομοθεσία" σημαίνει τους νόμους, τα διατάγματα, τους κανονισμούς και κάθε άλλη διεταίη, που ισχύουν ή που θα ισχύσουν στο μέλλον και που αφορούν τα συστήματα της κοινωνικής ασφάλειας που αναφέρονται στο άρθρο II της παρούσας Σύμβασης.

στ) Ο δρος "αρμόδιος αρχή" σημαίνει την αρμόδια αρχή για την εφαρμογή των νομοθεσιών που αναφέρονται στο άρθρο II της παρούσας Σύμβασης και ειδικότερα :

Σε διτι αφορά την Ελλάδα, το Υπουργείο Κοινωνικών Ασφαλίσεων ,

Σε διτι αφορά τη Βραζιλία, το Υπουργείο Πρόνοιας και Κοινωνικής Βοήθειας .

ζ) Ο δρος "αρμόδιο δρυμα" σημαίνει το δρυμα στην ασφάλιση του οποίου υπάγεται ο ενδιαφερόμενος κατά το χρόνο υποβολής της αίτησης για παροχή , ή το δρυμα από το οποίο ο ενδιαφερόμενος έχει δικαιώματα σε παροχές ή θα είχε δικαιώματα αν ο διοις ή η οικογένεια του διέμεναν στο έδαφος του Συμβαλλόμενου Κράτους στο οποίο βρίσκεται το δρυμα αυτό.

η) ο δρος " αρμόδιο Κράτος " σημαίνει το Συμβαλλόμενο Κράτος στο έδαφος του οποίου βρίσκεται το αρμόδιο έδρυμα.

θ) Ο δρος " οργανισμός συνδέσμου " σημαίνει τους οργανισμούς που ορίζονται από τις αρμόδιες αρχές για να επικοινωνούν μεταξύ τους και να μεσολαβούν στα αρμόδια ιδρύματα για το χειρισμό των υποθέσεων των σχετικών με τα αιτήματα χορήγησης παροχών.

ι) Ο δρος " οργανισμός διαχείρισης " σημαίνει το αρμόδιο έδρυμα για την εφαρμογή των νομοθεσιών που αναφέρονται στο δρόμο II της παρούσας Σύμβασης.

ια) Ο δρος " αυτοτελή δραστηριότητα " σημαίνει την αμοιβόμενη επαγγελματική δραστηριότητα που ασκείται συνήθως από τον εργαζόμενο και για δικό του λογαριασμό.

ιβ) Ο δρος " περιόδοι ασφάλισης " σημαίνει τις περιόδους εισφορών ή απασχόλησης που ορίζονται ή διεωρυζόνται σεν περίοδοι σφράλισης από τη νομενέσια κατά την οποία προγματοποιείται, καθώς και τις περιόδους που εξομειώνονται με αυτές στο μέτρο που αναγνωρίζονται από τη νομοθεσία αυτή σαν ισοδύναμες με περιόδους ασφάλισης.

ιγ) Οι λοιποί δροι της παρούσας Σύμβασης έχουν την ίδια που τους αρμόζει σύμφωνα με τη νομοθεσία των Συμβαλλόμενων Κρατών.

## Άρθρο II

1. Η παρούσα Σύμβαση εφαρμόζεται :

A) στην Ελλάδα :

α) στη νομοθεσία του γενικού συστήματος κοινωνικών ασφαλίσεων που καλύπτει τα πρόσωπα που παρέχουν εξαρτημένη εργασία ή τα εξομοιούμενα με αυτά για τους κινδύνους γήρατος, θανάτου, αναπηρίας, ασθένειας-μητρότητας, εργατικών ατυχημάτων και επαγγελματικών ασθενειών και οικογενειακών επιδομάτων.

β) στη νομοθεσία των ειδικών συστημάτων κοινωνικών ασφαλίσεων που καλύπτουν, για τους καθοριζόμενους στην παραπάνω παράγραφο (α) κινδύνους, ωρισμένες κατηγορίες προσώπων που παρέχουν εξαρτημένη εργασία ή τα εξομοιούμενα με αυτά πρόσωπα και πρόσωπα που απασχολούνται αυτοτελώς ή ασκούν ελεύθερο επάγγελμα, με εξαίρεση το σύστημα ασφαλισης των ναυτικών της εμπορικής ναυτιλίας για το οποίο η Σύμβαση θα μπορεί να εφαρμοστεί μετά από συμφωνία μεταξύ των αρμόδιων αρχών.

B) στη Βραζιλία :

στη νομοθεσία που αφορά το Εθνικό Σύστημα Πρόνοιας και Κοινωνικής Βοήθειας - SINPAS, με εξορίεση το σύστημα των δημοσίων υπαλλήλων εκτός αν υπάγεται εις ειδικό ιστητό.

2. Η παρούσα Σύμβαση εφαρμόζεται εξίσου στις νομοθεσίες των Συμβαλλόμενων Κρατών που επεκτείνουν την εφαρμογή της υπόρχουσας νομοθεσίας σε

νέες κατηγορίες εργαζομένων ή που θεσπίζουν νέες διατάξεις κοινωνικής ασφάλειας, εκτός αν η Κυβέρνηση του Συμβαλλόμενου Κράτους που επεκτείνει τη νομοθεσία του ή θεσπίζει νέες διατάξεις γνωστοποιήσει στην Κυβέρνηση του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους την επιθυμία της για εξαίρεση των διατάξεων αυτών από το πεδίο εφαρμογής της παρούσας Σύμβασης, μέσα σε προθεσμία έξη μηνών από την ημέρα της επίσημης δημοσίευσης των διατάξεων αυτών.

### Άρθρο III

Η παρούσα Σύμβαση εφαρμόζεται στους εργαζομένους, οι οποίοι ανεξέρτητα από την υπηκοότητά τους, υπάγονται ή υπήγοντο στη νομοθεσία του ενδικαὶ των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών καθώς και στους δικαιοδόχους δταν αυτού διαμένουν σε ένα από τα Συμβαλλόμενα Κράτη.

### Άρθρο IV

Οι υπήκοοι καθενδρικοί από τα Συμβαλλόμενα Μέρη που διαμένουν στο έδαφος του άλλου Μέρους έχουν τα ίδια δικαιώματα και τις ίδιες υποχρεώσεις με τους υπήκοους του Κράτους αυτού.

### Άρθρο V

1. Οι περιοχές σε ξρήμα που ιστορηγούνται σύμφωνα με τις έιστεξεις της νομοθεσίας του ενδικαὶ των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών έναν υπόκεινται σε μείωση, αναστολή ή παρακράτηση σπό μόνο το γεγονός ότι

ο δικαιούχος διαμένει στο άλλο Συμβαλλόμενο Κράτος.

2. Κοινωνικοσφαλιστικά πλεονεκτήματα που αναγνωρίζονται σύμφωνα με τη νομοθεσία του ενδιαφερομένου Κράτη σε ασφαλισμένους του, αν αυτοί διαμένουν στο έδαφος τρίτης χώρας, παρέχονται με τους ίδιους δρους και στους υπήκοους του διαφορετικού Συμβαλλόμενου Κράτους.

#### Άρθρο VI

Αν η νομοθεσία του ενδιαφερομένου Κράτη εξαρτάται την προαιρετική υπαγωγή ή την προαιρετική συνέχιση της ασφάλισης από περιβόδους ασφαλίσης που πραγματοποιήθηκαν σύμφωνα με τις διατάξεις αυτής, οι περίοδοι ασφάλισης ή απασχόλησης που πραγματοποιήθηκαν κατά τη νομοθεσία του διαφορετικού Συμβαλλόμενου Κράτους λαμβάνονται υπόψη για το σκοπό αυτό, στο μέτρο που απαιτείται, σαν να επρόκειτο για περιβόδους ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν κατά τη νομοθεσία του πρώτου Κράτους.

#### TITAOΣ II

#### ΔΙΑΤΑΞΕΙΣ ΣΧΕΤΙΚΕΣ ΜΕ ΤΗΝ ΕΦΑΡΜΟΖΟΜΕΝΗ ΝΟΜΟΘΕΣΙΑ

#### Άρθρο VII

1. Ο εργαζόμενος στον οποίο εφαρμόζεται η παρούσα Σύμβαση υπάγεται στη νομοθεσία του ενδιαφερομένου Κράτη. Η νομοθεσία αυτή

καθερίζεται σύμφωνα με τις έιστρηξεις του παρδντος τίτλου.

2. Με την επιφύλαξη των διατάξεων της παρούσας Σύμβασης :

- α) ο εργαζόμενος που απασχολείται στο έδαφος του ενδιαπέρα τα Συμβαλλόμενα Κράτη υπάγεται στη νομοθεσία του Κράτους αυτού ακόμη και αν έχει την κατοικία του στο έδαφος του άλλου Κράτους ή αν η επιχείρηση ή ο εργοδότης στον οποίο απασχολείται έχει την έδρα ή την κατοικία του στο έδαφος του άλλου Κράτους.
- β) το μέλη του πληρώματος πλοίου που φέρει τη σημασία του ενδιαπέρα τα Συμβαλλόμενα Κράτη όσο υπάγονται στην ισχύουσα νομοθεσία του ίδιου συντού Κράτους.

Ανάθετε άλλο πρόσωπο που απασχολείται σπόδιο πλοίο σε εργασίες φόρτωσης, εκφόρτωσης, επιδιέρρυσης και επιτήρησης, όταν το εν λόγω πλοίο βρίσκεται στο λιμάνι, όσο υπάγεται στη νομοθεσία του Κράτους στη δικαιοδοσία του οποίου βρίσκεται το πλοίο.

3. Το προσωπικό ιερήσης των αεροπορικών μεταφορικών επιχειρήσεων υπάγεται στη νομοθεσία του Συμβαλλόμενου Κράτους στο έδαφος του οποίου έχει την έδρα της η επιχείρηση.

### Άρθρο VIII

Κατόπιν παρέκκλιση των διατάξεων της παρ. ?, εδάφ. α), του προηγούμενου άρθρου :

α) τα μέλη των διπλωματικών και προξενικών αντιπροσωπειών, των διεθνών οργανισμών και οι άλλοι υπόλληλοι των αντιπροσωπειών αυτών καθώς και οι οικιστικοί βοηθοί τους θα καλύπτονται σε διεθνή την κοινωνική ασφάλιση, από τη νομοθεσία, τις συνθήκες και συμβάσεις που εισαμόζονται σ' αυτούς.

β) οι έγμασιςι υπόλληλοι και οι εξομοιούμενοι με αυτούς του ενδιαφέροντας από τα Συμβαλλόμενα Κράτη που αποστέλλονται για την ενσάκηση των καθηκόντων τους στο έδαφος του άλλου Κράτους υπάγονται στη νομοθεσία του Συμβαλλόμενου Κράτους στο οποίο ανήκει η υπηρεσία στην οποία απασχολούνται.

γ) ο εργαζόμενος μιας επιχείρησης που έχει την έδρα της σε καθένα από τα Συμβαλλόμενα Κράτη, ο οποίος έχει αποσπαστεί στο έδαφος του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους για περιωρισμένη χρονική περίοδο, εξακολουθεί να υπάγεται στην ισχύουσα νομοθεσία του Κράτους προέλευσης, εφόσον η απασχόλησή του στο έδαφος της δεύτερης χώρας δεν παρατείνεται πέραν των δώδεκα (12) μηνών.

Η κατάσταση αυτή θα μπορεί να συνεχιστεί, κατ' εξαίρεση, μετά από προηγούμενη συμφωνία της Κυβέρνησης της χώρας στην οποία ασκείται η ευκαιριακή αυτή εργασία.

δ) αν η διάρκεια της εργασίας πρόκειται να παραταθεί για απρόβλεπτους λόγους πέραν της προβλεπόμενης προηγούμενα διάρκειας των δώδεκα (12) μηνών, η ισχύουσα νομοθεσία του Κράτους δπου εργάζεται συνήθως παραμένει κατ' εξαίρεση εφαρμοστέα εφόσον συμφωνεί η αρμόδια αρχή του Κράτους δπου σπασχολείται προσωρινά.

ε) Οι κανδνες που ορίζονται στα εδάφια "γ" και "δ" του παρόντος άρθρου εφαρμόζονται εξίσου στα πρόσωπα τα οποία ασκούν αυτοτελή δραστηριότητα στο έδαφος του ενδές από τα Συμβαλλόμενα Κράτη και τα οποία μεταβαίνουν για την δικηση της δραστηριότητας αυτής στο έδαφος του άλλου Κράτους για περιωρισμένο χρονικό διάστημα.

#### Άρθρο ΙX

Οι αρμόδιες αρχές των ίδιων Συμβαλλόμενων Κρατών μπορούν να προβλέψουν με κοινή συμφωνία εξαιρέσεις από τις διατάξεις των άρθρων VII και VIII για ορισμένους εργαζόμενους ή για ορισμένες κατηγορίες εργαζομένων.

#### ΤΙΤΛΟΣ III

#### ΕΙΔΙΚΕΣ ΔΙΑΤΑΞΕΙΣ ΓΙΑ ΤΙΣ ΔΙΑΦΟΡΕΣ ΚΑΤΗΓΟΡΙΕΣ ΠΑΡΟΧΩΝ

#### ΚΕΦΑΛΑΙΟ I

#### ΑΣΘΕΝΕΙΑ - ΜΗΤΡΟΤΗΤΑ ΚΑΙ ΟΙΚΟΓΕΝΕΙΑΚΑ ΕΠΙΔΟΜΑΤΑ

#### Άρθρο X

Αν η νομοθεσία του ενδές από τα Συμβαλλόμενα Κράτη εξαρτά την απόκτηση, διατήρηση ή επανάκτηση του δικαιώματος παροχών σε χρήμα ή σε είδος από την πραγματοποίηση περιβδών ασφάλισης η απασχόλησης, τότε το αρμόδιο δρυμα θα λέβει υπόψη, στο

μέτρο που απαιτείται, τις περιόδους ασφαλισης ή απασχόλησης που πραγματοποιήθηκαν κατά τη νομοθεσία του έλλου Συμβαλλόμενου Κράτους, σαν να επρόκειτο για περιόδους που πραγματοποιήθηκαν κατόπιν τη νομοθεσία του πρώτου Κράτους.

#### Άρθρο XI

1. Ο δικαιούχος σύνταξης που οφείλεται σύμφωνα με τη νομοθεσία και των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών καθώς και τα μέλη της οικογένειάς του που διεμένουν μόνιμα ή προσωρινά στο έδαφος του άλλου Κράτους, δικαιούνται παροχές σε είδος επό μέρους του ιερύματος του Κράτους οτε οποίος διεμένουν μόνιμα ή προσωρινά, σε βάρος αυτού του έδρυματος.
2. Ο δικαιούχος σύνταξης που οφείλεται σύμφωνα με τη νομοθεσία του ενός μόνο από τα Συμβαλλόμενα Κράτη, καθώς και τα μέλη της οικογένειάς του που διεμένουν μόνιμα ή προσωρινά στο έδαφος του άλλου Κράτους, δικαιούνται παροχές σε είδος από το έδρυμα του τελευταίου αυτού Κράτους σύμφωνα με τη νομοθεσία που αυτό εφαρμόζει. Τα έξοδα των παροχών που χορηγήθηκαν αποδίδονται από το έδρυμα που οφείλει τη σύνταξη στο έδρυμα που τις χορήγησε.

#### Άρθρο XII

Οι αρμόδιες αρχές μπορούν να ρυθμίσουν με διοικητική συμφωνία τη χορήγηση των παροχών ασθενειας και μητρότητας στους εργαζόμενους και τα μέλη οικογένειάς τους που μεταφέρουν την προσωρινή

ή μδνιμη διαμονή τους στο έδαφος του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους από εκείνο που είναι αρμόδιο και που πληρούν τις προϋποθέσεις που προβλέπονται από τη νομοθεσία του τελευταίου αυτού Κράτους.

#### Άρθρο XIII

Οι δαπάνες των παροχών σε είδος που χορηγούνται σπό το ίδρυμα του ενδές από τα Συμβαλλόμενα Κράτη για λογαριασμό του ιδρύματος του άλλου Κράτους δυνδμει των διατάξεων της παρούσας Σύμβασης αποδίδονται κατά τον τρόπο που καθορίζεται στις διοικητικές Συμφωνίες που προβλέπονται από το άρθρο XXI.

#### Άρθρο XIV

Οι αρμόδιες ερχές των ένος Συμβαλλόμενων Κρατών μπορούν να ρυθμίσουν με κοινή συμφωνία, σε σχέση με τις εθνικές τους νομοθεσίες, τα αναγκαία μέτρα για την έγκριση καταβολής των οικογενειακών επιδομάτων στο έδαφος του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους από εκείνο που βρίσκεται το αρμόδιο ίδρυμα.

### ΚΕΦΑΛΑΙΟ II

#### ΑΝΑΠΗΡΙΑ , ΓΥΡΑΣ ΚΑΙ ΕΠΙΖΩΝΤΕΣ

#### Άρθρο XV

1. α) Για την απόκτηση, διατήρηση και επανάκτηση του δικαιώματος σε παροχές συντάξεων, αν ο ερ-

γαζόμενος έχει υπαχθεί διαδοχικά ή αλληλοδιάδοχα στη νομοθεσία και των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών οι περίοδοι ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν σύμφωνα με τη νομοθεσία καθενδές από τα δύο Κράτη συνυπολογίζονται, εφ'όσον δεν συμπίπτουν χρονικά.

β) Αν η νομοθεσία του ενδές από τα Συμβαλλόμενα Κράτη εξαρτά τη χορήγηση ορισμένων παροχών από την προϋπόθεση ότι οι περίοδοι ασφάλισης πραγματοποιήθηκαν σε επάγγελμα που υπάγεται σε ειδικές διατάξεις, οι περίοδοι που πραγματοποιήθηκαν κάτω από ανάλογες διατάξεις του διλού Κράτους, ή εφ'όσον δεν υπάρχουν, στο διο επάγγελμα ή στην δια σπασχόληση, συνυπολογίζονται αποκλειστικά για τον καθορισμό του δικαιώματος στις παροχές αυτές, ακόμη και όταν στο άλλο Κράτος δεν υπάρχουν ειδικές διατάξεις για το διο επάγγελμα ή σπασχόληση.

Αν λαμβάνονται υπέψη του συνόλου των εν λόγω περιβάνω συστάσεις, ο ενδισφερόμενος δεν συμπληρώνει τις προϋποθέσεις για την απόκτηση του δικαιώματος στις παροχές αυτές, οι περίοδοι αυτές λαμβάνονται υπόψη για τον καθορισμό του δικαιώματος σε παροχές σύμφωνα με τις γενικές διατάξεις.

2. Όταν ο εργαζόμενος έχει τις καθορισμένες από τη νομοθεσία του ενδές από τα Συμβαλλόμενα Κράτη προϋποθέσεις για τη χορήγηση παροχών χωρίς να είναι αναγκαίο να γίνει συνυπολογισμός των περιβάνω συστάσεις που αναφέρονται στην προηγούμενη παράγραφο, το αρμόδιο δρυμα του Κράτους αυτού καθορίζει το ύψος των παροχών με βάση

αποκλειστικά τις περιβόους ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν σύμφωνα με τις διατάξεις της νομοθεσίας που εφαρμόζει. Η διάταξη αυτή εφαρμόζεται εξίσου στην περίπτωση κατά την οποία ο ασφαλισμένος έχει δικαίωμα σε παροχές από μέρους του διαφόρου Συμβαλλόμενου Κράτους που υπολογίζονται σύμφωνα με την παράγραφο 3.

3. Όταν ο εργαζόμενος δεν μπορεί να προβάλει δικαίωμα σε παροχές με βάση μόνο τις περιβόους ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν σύμφωνα με τη νομοθεσία του ενδιαφερόμενου Κράτους, το αρμόδιο διρυματικό του Κράτους αυτού προσδιερίζει το δικαίωμα σε παροχές συνυπολογίζοντας, στο μέτρο που απαιτείται, τις περιβόους ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν σύμφωνα με τη νομοθεσία του διαφόρου Συμβαλλόμενου Κράτους, για τη συμπλήρωση των προϋποθέσεων που προβλέπονται από την δική του νομοθεσία και υπολογίζει το ποσό της παροχής σύμφωνα με τις ακόλουθες διατάξεις :

α) αναφέρεται το θεωρητικό ποσό της παροχής την εποίξα ή στην εποίξα ιούτο ο ενδιαφερόμενος, σε διαφορετικούς περίοδους ασφάλισης που συνυπολογίζονται είχαν πραγματοποιήθει σύμφωνα με τις διατάξεις της νομοθεσίας που εφαρμόζει.

β) καθορίζεται κατόπιν το πραγματικό ποσό της παροχής που δικαιούται ο ενδιαφερόμενος με βάση το θεωρητικό ποσό που αναφέρεται στο εδώφιο  
 (α) κατά την αναλογία των περιβόων ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν κατά τη νομοθεσία που εφαρμόζει, σε σχέση με την διάφορεια των περιβόων ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν και στη δύο Κράτη.

4. Αν η νομοθεσία του ενδιαφέροντος από τα Συμβαλλόμενα Κράτη προβλέπει δικαιούχους των παροχών γίνεται με βάση το μισθό ή τις εισφορές, το δόρυμα που καθορίζεται την παροχή δυνάμει του παρόντος δρυμού λαμβάνεται υπόψη αποκλειστικά τους μισθούς ή τις εισφορές που καταβλήθηκαν σύμφωνα με τη νομοθεσία που εφαρμόζεται.
5. Κατά παρέκκλιση των διατάξεων της παραγράφου 1, εδάφιο (α), αν η συνολική διερκεία των περιόδων ασφάλισης που πραγματοποιήθηκαν κατά τη νομοθεσία του ενδιαφέροντος από τα Συμβαλλόμενα Κράτη δεν φθίνουν το ένα έτος και αν, λαμβανομένων υπόψη συτών μόνο των περιόδων, δεν αποκτάται κανένα δικαιώματος παροχών σύμφωνο με τις διατάξεις της νομοθεσίας αυτής, το δόρυμα του Κράτους αυτού δεν έχει υποχρέωση καταβολής παροχών για τις εν λόγω περιόδους ασφάλισης. Αντίθετα, το αρμόδιο δόρυμα του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους οφείλεται να λάβει υπόψη αυτές τις περιόδους ασφάλισης, είτε για την θεμελίωση του δικαιώματος, είτε για τον υπολογισμό των παροχών.

#### Άρθρο XVI

Το δικαιόματος των παροχών που σφείλονται από τα αρμόδια ιδρύματα των Συμβαλλόμενων Κρατών δεν μπορεί να είναι κατώτερο από την ελάχιστη παροχή που ισχύει στο Συμβαλλόμενο Κράτος στο έδαφος του οποίου διαμένει ο δικαιούχος.

### Άρθρο XVII

Αν η νομοθεσία του ενδιαφέροντος από τα Συμβαλλόμενα Κράτη εξαρτάται τη χορήγηση παροχών από την προϋπόθεση ότι ο εργαζόμενος κατά το χρόνο επαλήθευσης της ασφαλιστικής περίπτωσης για συγγηστική παροχών υπάγεται στη νομοθεσία της χώρας συντήρησης, η προϋπόθεση συντήρησης πρέπει να απλήθευση συντήρησης της περίπτωσης υπάγεται στη νομοθεσία του άλλου Κράτους ή αν έχει δικαίωμα παροχών στο άλλο Κράτος.

### ΤΙΤΛΟΣ IV

#### ΜΕΤΑΒΑΤΙΚΕΣ ΚΑΙ ΤΕΛΙΚΕΣ ΔΙΔΑΞΕΙΣ

### Άρθρο XVIII

1. Οι αρμόδιες αρχές, τα ιδρύματα και οι οργανισμοί συνδέσμου των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών γνωστοποιούν κάθε πληροφορία σχετική με :
  - α) τα μέτρα που λαμβάνονται για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης,
  - β) τις τροποποιήσεις της νομοθεσίας τους που μπορεύν να επεκτείνουν την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης.
2. Για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης οι αρχές και τα ιδρύματα των Συμβαλλόμενων Κρατών πρέπει να παρέχουν συμοιβαίνα τη συνδρομή τους και να ενεργούν σαν να επρόκειτο για την εφαρμογή της νομοθεσίας της παρούσας Σύμβασης.

μογή της δικής τους νομοθεσίας.

Η βοήθεια παρέχεται δωρεάν.

3. Για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης, οι αρχές και τα ιδρύματα των Συμβαλλόμενων Κρατών μπορούν να επικοινωνούν απ'ευθείας μεταξύ τους, καθώς και με τους ενδιαφερόμενους ή τους εντολοδόχους τους.
4. Οι αρχές, τα ιδρύματα και τα δικαστήρια του ενδιαφέροντος από τα Συμβαλλόμενα Κράτη δεν μπορούν να απορρίψουν τις αιτήσεις ή άλλα έγγραφα που τους υποβάλλονται από το γεγονός δια συντάξεις ή χουν συνταχθεί στην επίσημη γλώσσα του άλλου Συμβαλλόμενου Κράτους.

#### Άρθρο XIX

1. Οι εξαιρέσεις ή εκπτώσεις από φόρους χαρτοσήμουν ή άλλους φόρους ή δικαιώματα που προβλέπονται από τη νομοθεσία του ενδιαφέροντος από τα Συμβαλλόμενα Κράτη για τα πιστοποιητικά ή έγγραφα που πρέπει να υποβάλλονται κατά την εφαρμογή της νομοθεσίας του Κράτους συντού, επεκτενονται και στα αντίστοιχα πιστοποιητικά ή έγγραφα που πρέπει να υποβάλλονται κατά την εφαρμογή της νομοθεσίας του ίδιου Συμβαλλόμενου Κράτους ή της παρούσας Σύμβασης.
2. Όλες οι πράξεις, τα έγγραφα και τα οποιουδήποτε είδους πιστοποιητικά που πρέπει να υποβάλλονται για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης απαλλάσσονται της επικύρωσης από μέρους των διπλωματικών ή προξενικών αρχών.

3. Οι αιτήσεις, κατ' οι προσψυγές που θα έπρεπε να υποβάλλονται μέσα σε ορισμένη προθεσμία σε μιά αρχή, ή ένσ οργανισμό της μιάς από τις συμβαλλόμενες χώρες γίνονται δεκτές στην υποθληθούν στην ίδια προθεσμία σε αντίστοιχη αρχή, ή οργανισμό της άλλης χώρας.

#### Άρθρο XX

Οι αρχές, τα ιδρύματα και οι οργανισμοί των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών μπορούν να αλληλογραφούν απευθείας μεταξύ τους καθώς και με τα ενδιαφερόμενα πρόσωπα στην αγγλική ή στη γαλλική γλώσσα ή στην επίσημη γλώσσα τους.

#### Άρθρο XXI

- Η εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης θα γυθαιστεί με λιοτητικές Συμφωνίες των οποίων η επεξεργασία θα συνατεθεί από τις αρμόδιες αρχές σε Μικτή Επιτροπή συντεκροσώπων των Συμβαλλόμενων Κρατών.
- Οι λιοτητικοί Κανονισμοί που προβλέπονται στο παρόν άρθρο θα αρχίσουν να ισχύουν από την ένταξή της των επιστολών ή επί έντονης παραγγελίας.

#### Άρθρο XXII

- Το αρμόδιο έδρυμα του ενδιαφέροντος της συμβαλλόμενης Κράτη υποχρεούται να διενεργεί, μετά από

αίτηση τὸν αρμόδιον ιδρύματος του άλλου Εράτους, τις αναγκαίες Ιατρικές εξετάσεις για τους δικαιούχους που βρίσκονται στο έδαφος του.

2. Οι δαπάνες των Ιατρικών εξετάσεων καθώς και των αναγκαίων εξετάσεων για τη χορήγηση παροχών βορύνουν τα ιδρύματα που προγματοποίησαν τις εξετάσεις αυτές.

### Άρθρο XXIII

1. Για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης, ούτε αίτηση, αποστολή εγγράφων, αίτηση απόδοσης ή αίτηση πληροφοριών γίνεται δια μέσου των οργανισμών συνδέσμου.

Οι οργανισμοί συνδέσμου είναι :

α) Για την Ελλάδα ,

Το 'Ιδρυμα Τοινωνικών Ασφαλίσεων (ΙΚΑ)

β) Για τη Βραζιλία ,

Το Εθνικό 'Ιδρυμα Κοινωνικής Πρόνοιας (INPS)

2. Οι οργανισμοί συνδέσμου όσα συντάξουν ανάλογα με τις ανάγκες και με κοινή συμφωνία τα έντυπα και τα τυποποιημένα έγγραφα που απαιτούνται για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης.

3. Οι εργονικοί συνδέσμοι μπορεύν εξίσου να συμφωνήσουν για τα διοικητικά μέτρα εφαρμογής της παρούσας Σύμβασης και του Διοικητικού Κανονισμού με σκοπό να επιτευχθεί πλήρης

εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης σύμφωνα με το πνεύμα και το γράμμα αυτής.

#### Άρθρο XXIV

- Οι πληρωμές σύμφωνα με την παρούσα Σύμβαση πρέπει να γίνονται υδμιμα στο υδμισμα της συμβαλλόμενης χώρας που πραγματοποιεί την πληρωμή.
- Σε περίπτωση που θεσπιστούν συναλλαγματικοί περιορισμοί στο ένα από τα δύο Συμβολλόμενα Κράτη, οι δύο Κυβερνήσεις παίρνουν αμέσως και από κοινού μέτρα για να διασφαλίσουν τη μεταφορά μεταξύ των εδαφών τους των απαραίτητων χρηματικών ποσών για τους σκοπούς της παρούσας Σύμβασης.

#### Άρθρο XXV

- Η παρούσα Σύμβαση συνάπτεται για αδριστη διάρκεια εκτός αν καταγγελθεί από το ένα ή το άλλο Συμβαλλόμενο Μέρος. Η καταγγελία θα πραγματοποιείται από τη διπλωματική οδό και θα αρχίζει έξη μήνες μετά το μήνα που θα ακολουθήσει την ημερομηνία λήψης της γνωστοποίησης.
- Σε περίπτωση καταγγελίας, οι δροι της παρούσας Σύμβασης συνεχίζουν να εφερμόζονται για δικαιώματα που αποκτήθηκαν κατά τη διάρκεια της περιόδου που η Σύμβαση ήταν σε ισχύ.
- Τα δικαιώματα που είναι παραπέτητη τη στιγμή που η παρούσα Σύμβαση θα παύσει να ισχύει θα προβλεψθούν, με κοινή συμφωνία, σπό τα Συμβαλλόμενα Μέρη.

4. Οι προξενικές αρχές των Συμβαλλόμενων Κρατών θα μπορούν να εκπροσωπήσουν, χωρίς ειδική κυβερνητική εντολή, τους υπήκοους του δικού τους Κράτους στις αρμόδιες αρχές και τους οργανισμούς διεργασίας καινωνικών ασφαλίσεων του άλλου Κράτους.

#### Άρθρο XXVI

Κάθε Συμβαλλόμενο Ήμερος θα γνωστοποιήσει στο άλλο τη συμπλήρωση των δρων που απαιτούνται για την εφαρμογή της παρούσας Σύμβασης, η οποία θα τεθεί σε ισχύ την πρώτη ημέρα του δεύτερου μήνα από εκείνο μέσα στον οποίο θα ανταλλαγούν τα δργανα επικύρωσης.

#### Άρθρο XXVII

- Η παρούσα Σύμβαση δεν θεμελιώνει δικαιώματα καταβολής παροχών για τον προηγούμενο από την έναρξη της ισχύος της χρόνο.
- Κάθε περίοδος ασφάλισης του πραγματοποιήθηκε σύμφωνα με τη νομοθεσία καθενός από τα Συμβαλλόμενα Ήμερτη πριν από την έναρξη ισχύος της παρούσας Σύμβασης λαμβάνεται υπόψη για την εφαρμογή των διατάξεων της Σύμβασης αυτής.

Ο κανόνας που καθιερώνεται στην προηγούμενη φράση δεν θίγει τις διατάξεις των νομοθεσιών των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών που αναφέρονται στο χρονικό πεδίο εφαρμογής των νομοθεσιών αυτών. Οι Διεικητικές Συμμονίες που προβλέπονται στο ίδιο θα καθορίζουν τις ταξίδια ειρηνογράφων της παροηγούμενης ένταξης.

3. Τα δικαιώματα των ενδισφερομένων που έχουν αποκτηθεί πριν από την έναρξη ισχύος της παρούσας Σύμβασης και συντάξεις που χορηγήθηκαν μπορούν να αναθεωρηθούν σύμφωνα με τις διατάξεις της Σύμβασης μετά από σύντηση του ενδισφερόμενου.
4. Στις περιπτώσεις που αναφέρονται στις παραγράφους 3 οι παροχές θα χορηγούνται από την ημερομηνία υποβολής της αίτησης. Άλλο στην περίπτωση που η αίτηση υποβάλλεται σε προθεσμία ενδιαφέροντος την ημερομηνία έναρξης ισχύος της Σύμβασης οι παροχές θα χορηγούνται από την ημερομηνία αυτή.

#### Άρθρο XXVIII

Η παρούσα Σύμβαση θα επικυρωθεί και από τα δύο Συμβαλλόμενα Κράτη σύμφωνα με τη διαδικασία που προβλέπει το καθένα από τα Κράτη και τα δργανα επικύρωσης θα ανταλλαγούν το ταχύτερο δυνατό.

ΣΕ ΠΙΣΤΩΣΗ ΤΟΥΤΟΥ οι πληρεξούσιοι των δύο Συμβαλλόμενων Κρατών υπόδγραψαν την παρούσα Σύμβαση.

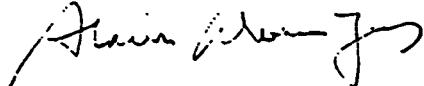
ΕΓΙΝΕ στην Αθήνα

στις 12 Σεπτεμβρίου

1984 σε δύο πρωτότυπα στην πορτογαλλική,  
ελληνική και γαλλική γλώσσα, και η γαλλική γλώσσα  
υπερισχύει σε περίπτωση διαφορών στη μετάφραση.

ΓΙΑ ΤΗΝ ΚΥΒΕΡΝΗΣΗ  
ΤΗΣ ΟΜΟΣΠΟΝΔΙΑΚΗΣ  
ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ ΤΗΣ  
ΒΡΑΖΙΛΙΑΣ

ΓΙΑ ΤΗΝ ΚΥΒΕΡΝΗΣΗ ΤΗΣ  
ΕΛΛΗΝΙΚΗΣ ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ

  
ALARICO SILVEIRA JUNIOR  
ΠΡΕΣΒΥΤ

  
ΡΟΥΛΑ ΚΑΚΛΑΜΑΝΑΚΗ  
ΥΦΥΠΟΥΡΓΟΣ ΚΟΙΝΩΝ.  
ΑΣΦΑΛΙΣΕΩΝ

**CONVENTION<sup>1</sup> SUR LA SÉCURITÉ SOCIALE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE HELLÉNIQUE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL**

---

Le Gouvernement de la République Hellénique et  
 Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil,  
 Désireux de régler les relations des deux pays en matière de sécurité sociale,  
 Ont résolu de signer la présente Convention sur la Sécurité Sociale dans les termes suivants :

**TITRE I**

**DISPOSITIONS GÉNÉRALES**

*Article I<sup>2</sup>*

- a) Le terme « Grèce » désigne la République Hellénique.
- b) Le terme « Brésil » désigne la République Fédérative du Brésil.
- c) Le terme « travailleur » désigne toute personne qui a rempli des périodes d'assurance telles qu'elles sont définies par les législations mentionnées à l'article II de la présente Convention.
- d) Le terme « membres de la famille », « survivants » et « dépendants » auront la signification selon la législation applicable.
- e) Le terme « législation » désigne les lois, les décrets, les règlements et toute autre disposition, existants ou futurs, concernant les régimes de sécurité sociale mentionnés dans l'article II de la présente Convention.
- f) Le terme « autorité compétente » désigne l'autorité compétente pour l'application des législations mentionnées dans l'article II de la présente Convention et en particulier :

En ce qui concerne la Grèce, le Ministère de la Sécurité Sociale;

En ce qui concerne le Brésil, le Ministère de Prévoyance et Assistance Sociale.

- g) Le terme « institution compétente » désigne l'institution à laquelle l'intéressé est affilié au moment de la demande de prestations ou l'institution de la part de laquelle l'intéressé a droit aux prestations ou y aurait droit si celui-ci ou sa famille résidaient sur le territoire de l'Etat contractant où cette institution se trouve.

- h) Le terme « Etat compétent » désigne l'Etat contractant sur le territoire duquel se trouve l'institution compétente.

<sup>1</sup> Entrée en vigueur le 1<sup>er</sup> septembre 1988, soit le premier jour du deuxième mois ayant suivi la date de l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Brasilia le 27 juillet 1988, conformément à l'article XXVI.

<sup>2</sup> Les paragraphes sont identifiés selon l'alphabet officiel portugais du Brésil (information fournie par le Gouvernement du Brésil) — Identification of paragraphs reflects the official Portuguese alphabet of Brazil (information provided by the Government of Brazil).

*i)* Le terme « organisme de liaison » désigne les organismes indiqués par les autorités compétentes pour communiquer entre eux et pour intervenir auprès des institutions compétentes pour le traitement des affaires concernant les demandes de prestations.

*j)* Le terme « organisme de gestion » désigne l'institution compétente pour l'application des législations mentionnées à l'article II de la présente Convention.

*l)* Le terme « activité indépendante » désigne toute activité professionnelle rémunérée exercée habituellement par le travailleur et pour son propre compte.

*m)* Le terme « périodes d'assurance » désigne les périodes de cotisation ou d'emploi, telles qu'elles sont définies ou reconnues comme périodes d'assurance par la législation sous laquelle elles ont été accomplies ainsi que les périodes assimilées dans la mesure où elles sont reconnues par cette législation comme équivalentes aux périodes d'assurance.

*n)* Tout autre terme de la présente Convention a la signification qui lui convient conformément à la législation des Etats contractants.

### *Article II*

1. La présente Convention s'applique :

A. En Grèce

*a)* A la législation du régime général sur les assurances sociales couvrant les travailleurs salariés ou assimilés pour les risques de vieillesse, décès, invalidité, maladie-maternité, accidents du travail, maladies professionnelles et allocations familiales;

*b)* A la législation sur les régimes spéciaux des assurances sociales couvrant, pour des risques déterminés à l'alinéa *a* ci-dessus, certaines catégories de travailleurs salariés ou assimilés et de personnes exerçant une activité indépendante ou une profession libérale, à l'exception du régime applicable aux marins de la marine marchande auquel la Convention pourra être appliquée après un accord entre les autorités compétentes.

B. Au Brésil : A la législation concernant le Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social-SINPAS, à l'exception du régime des fonctionnaires publiques statutaires sauf s'il y a réciprocité.

2. La présente Convention s'applique également aux législations des Etats contractants qui étendent l'application de la législation existante à de nouvelles catégories de travailleurs ou qui instituent de nouvelles dispositions d'assurance sociale sauf si le Gouvernement de l'Etat contractant qui étend sa législation ou institue des nouvelles dispositions informe au Gouvernement de l'autre Etat contractant son désir d'exempter ces dispositions du champ d'application de la présente Convention, dans un délai de six mois à dater de la publication officielle desdites dispositions.

### *Article III*

La présente Convention s'applique aux travailleurs, indépendamment de leur nationalité, qui sont ou ont été soumis à la législation de l'un ou des deux Etats contractants, ainsi qu'aux dépendants, lorsqu'ils habitent dans un des Etats contractants.

*Article IV*

Les ressortissants de chacune des Parties contractantes résidant sur le territoire de l'autre Partie ont droit aux mêmes bénéfices et sont soumis aux mêmes obligations que les ressortissants de cet Etat.

*Article V*

1. Les prestations en espèce accordées conformément aux dispositions de la législation de l'un des deux Etats contractants ne feront pas l'objet de réduction, de suspension ou d'extinction uniquement du fait que le bénéficiaire habite dans l'autre Etat contractant.

2. Des avantages de sécurité sociale reconnus au titre de la législation de l'un des Etats contractants à ses propres assurés, s'ils résident sur le territoire d'un pays tiers, sont accordés dans les mêmes conditions aux ressortissants de l'autre Etat contractant également.

*Article VI*

Si la législation de l'un des Etats contractants subordonne l'admission à l'assurance volontaire ou facultative à l'accomplissement de périodes d'assurance conformément aux dispositions de celle-ci, les périodes d'assurance ou d'emploi accomplies sous la législation de l'autre Etat contractant sont prises en compte pour ces fins dans la mesure du possible, comme s'il s'agissait de périodes d'assurance accomplies sous la législation du premier Etat.

**TITRE II****DISPOSITIONS RELATIVES À LA LÉGISLATION APPLICABLE***Article VII*

1. Le travailleur auquel la présente Convention est applicable n'est soumis qu'à la législation d'un seul des Etats contractants. Cette législation est déterminée conformément aux dispositions du présent titre.

2. Sous réserve des dispositions de la présente Convention :

a) Le travailleur occupé sur le territoire d'un des Etats contractants est soumis à la législation de cet Etat, même s'il a son domicile sur le territoire de l'autre Etat ou si l'entreprise ou l'employeur, qui l'occupe, a son siège ou son domicile sur le territoire de l'autre Etat.

b) Les membres de l'équipage d'un navire sous pavillon de l'un des Etats contractants seront soumis à la législation en vigueur dans ce même Etat. Toute autre personne engagée par le navire à des tâches de chargement et de déchargement, de réparations et de surveillance, lorsque ledit navire se trouve dans le port, sera soumise à la législation de l'Etat sous la juridiction duquel se trouve le navire.

3. Le personnel de mouvement d'entreprises de transports aériens est soumis à la législation de l'Etat contractant sur le territoire duquel l'entreprise a son siège.

*Article VIII*

En dérogation aux dispositions du paragraphe 2, alinéa a de l'article précédent :

*a)* Les membres des représentations diplomatiques et consulaires, des organismes internationaux et autres fonctionnaires de ces représentations ainsi que leurs domestiques seront régis, en ce qui concerne la sécurité sociale, par la législation, les traités et conventions qui leur sont applicables.

*b)* Les fonctionnaires et le personnel assimilé d'un des Etats contractants envoyés sur le territoire de l'autre Etat afin d'y remplir leurs fonctions, sont soumis à la législation de l'Etat contractant dont relève l'administration qui les occupe.

*c)* Le travailleur d'une entreprise ayant son siège dans chacun des Etats contractants, qui aura été détaché dans le territoire de l'autre Etat contractant pour une période limitée, demeurera soumis à la législation en vigueur dans l'Etat d'origine, pour autant que son occupation sur le territoire du deuxième pays ne se prolonge pas au-delà de douze (12) mois. Cette situation pourra, exceptionnellement, être maintenue avec l'accord préalable du Gouvernement du pays dans lequel le travail occasionnel est exercé.

*d)* Si la durée du travail à effectuer se prolonge en raison de circonstances imprévisibles au-delà de la durée primitivement prévue de douze (12) mois, la législation en vigueur de l'Etat où il travaille habituellement peut exceptionnellement rester applicable, à condition que l'autorité compétente de l'Etat où il s'occupe temporairement donne son accord.

*e)* Les règles établies aux alinéas *c* et *d* du présent article sont applicables également aux personnes qui exercent une activité indépendante sur le territoire de l'un des Etats contractants et qui se rendent pour l'exécution de cette activité sur le territoire de l'autre Etat pour une durée limitée.

### *Article IX*

Les autorités compétentes des deux Etats contractants peuvent prévoir d'après un commun accord des exceptions aux dispositions énoncées aux articles VII et VIII pour certains travailleurs ou pour certaines catégories de travailleurs.

## TITRE III

### DISPOSITIONS PARTICULIÈRES RELATIVES AUX DIFFÉRENTES CATÉGORIES DE PRESTATIONS

#### CHAPITRE I

#### MALADIE-MATERNITÉ ET ALLOCATIONS FAMILIALES

### *Article X*

Si la législation d'un des Etats contractants subordonne l'acquisition, le maintien ou le recouvrement du droit aux prestations en espèce ou en nature à l'accomplissement de périodes d'assurance, ou d'emploi, alors l'institution compétente tiendra compte, dans la mesure du possible, des périodes d'assurance ou d'emploi accomplies sous la législation de l'autre Etat contractant, comme s'il s'agissait de périodes accomplies sous la législation du premier Etat.

*Article XI*

1. Le titulaire d'une pension due au titre des législations des deux Etats contractants, ainsi que les membres de sa famille qui résident ou séjournent sur le territoire de l'autre Etat, obtiennent les prestations en nature de l'institution de l'Etat du lieu de résidence ou de séjour, à la charge de cette institution.

2. Le titulaire d'une pension due au titre de la législation d'un seul Etat contractant, ainsi que les membres de sa famille qui résident ou séjournent sur le territoire de l'autre Etat, obtiennent les prestations en nature de l'institution de ce dernier Etat selon la législation qu'elle applique. L'institution qui accorde la pension rembourse les dépenses de ces prestations à l'institution qui les a fournies.

*Article XII*

Les autorités compétentes peuvent régler par un accord administratif l'octroi de prestations maladie-maternité aux travailleurs et aux membres de leur famille qui transfèrent leur résidence ou séjour sur le territoire de celui des deux Etats contractants qui n'est pas compétent, et qui remplissent les conditions prévues par la législation de ce dernier Etat.

*Article XIII*

Les dépenses des prestations en nature accordées par l'un des Etats contractants pour le compte de l'institution de l'autre Etat en vertu des dispositions de la présente Convention, sont remboursées de la manière déterminée dans les Accords Administratifs prévus par l'article XXI.

*Article XIV*

Les autorités compétentes des deux Etats contractants peuvent régler d'un commun accord, par rapport à leurs législations nationales, les mesures nécessaires pour l'approbation de l'attribution des allocations familiales sur le territoire de celui des deux Etats contractants où l'institution compétente ne siège pas.

**CHAPITRE II****INVALIDITÉ, VIEILLESSE, SURVIVANTS***Article XV*

1. *a)* Si le travailleur a été soumis successivement ou alternativement aux législations des deux Etats contractants, les périodes d'assurance accomplies au titre de la législation de chacun des deux Etats sont totalisées, à condition qu'elles ne coïncident pas, pour l'acquisition, le maintien et le recouvrement du droit aux pensions.

*b)* Si la législation d'un Etat contractant subordonne l'octroi de certaines prestations à la condition que les périodes d'assurance aient été accomplies dans une profession soumise aux dispositions spéciales, les périodes accomplies dans l'autre Etat sous des dispositions correspondantes ou, à défaut, dans la même profession ou dans le même emploi, sont totalisées exclusivement, pour l'octroi de ces prestations, même s'il n'existe pas dans l'autre Etat de dispositions spéciales pour la même profession ou le même emploi.

Si, compte tenu des périodes ainsi accomplies, l'intéressé ne satisfait pas aux conditions requises pour bénéficier desdites prestations, ces périodes sont prises en compte pour l'octroi de prestations conformément aux dispositions générales.

2. Si le travailleur satisfait aux conditions prévues par la législation d'un Etat contractant pour l'octroi des prestations sans que la totalisation de périodes d'assurance mentionnée au paragraphe précédent soit nécessaire, l'institution compétente de cet Etat détermine le montant des prestations selon les périodes d'assurance accomplies exclusivement, conformément aux dispositions de la législation qu'elle applique. Cette disposition s'applique également dans les cas où l'assuré a droit aux prestations de la part de l'autre Etat contractant calculées conformément au paragraphe 3.

3. Lorsqu'un travailleur ne peut faire valoir un droit aux prestations en vertu des seules périodes d'assurance accomplies selon la législation d'un Etat contractant, l'institution compétente de cet Etat détermine le droit aux prestations en totalisant les périodes d'assurance accomplies conformément à la législation de l'autre Etat contractant dans la mesure du possible pour l'accomplissement des conditions prévues par sa propre législation et calcule le montant de la prestation conformément aux dispositions suivantes :

a) Elle détermine le montant théorique de la prestation à laquelle l'intéressé pourrait prétendre si toutes les périodes d'assurance totalisées avaient été accomplies conformément aux dispositions de sa législation.

b) Ensuite elle détermine le montant effectif de la prestation à laquelle l'intéressé a droit sur la base du montant théorique indiqué à l'alinéa a au *prorata* de la durée des périodes d'assurance accomplies sous la législation qu'elle applique, par rapport à la durée des périodes d'assurance accomplies dans les deux Etats.

4. Si la législation d'un des Etats contractants prévoit que le calcul des prestations repose sur le salaire ou les cotisations, l'institution qui détermine la prestation en vertu du présent article prend en compte exclusivement le montant des salaires ou des cotisations versés selon la législation qu'elle applique.

5. Par dérogation aux dispositions du paragraphe 1, alinéa a, si la durée totale des périodes d'assurance accomplies sous la législation de l'un des Etats contractants n'atteint pas une année et si, compte tenu de ces seules périodes, aucun droit aux prestations n'est acquis en vertu des dispositions de cette législation, l'institution de cet Etat n'est pas tenue d'accorder des prestations au titre desdites périodes. Par contre l'institution compétente de l'autre Etat contractant doit prendre en compte ces périodes d'assurance, soit pour l'ouverture du droit, soit pour le calcul de la prestation.

#### *Article XVI*

Le total des prestations dû de la part des institutions compétentes des Etats contractants ne peut pas être inférieur à celui de la prestation minimale en vertu de la législation de l'Etat contractant sur le territoire duquel le bénéficiaire réside.

#### *Article XVII*

Si la législation d'un des Etats contractants subordonne l'octroi des prestations à la condition que le travailleur, au moment de la vérification de son cas pour l'octroi de prestations, soit assujetti à la législation dudit pays, cette condition est considérée comme remplie dans le cas où, au moment de la vérification de cette éventualité, il

est assujetti à la législation de l'autre Etat ou bien dans le cas où il a droit aux prestations dans l'autre Etat.

## TITRE IV

### DISPOSITIONS FINALES ET TRANSITOIRES

#### *Article XVIII*

1. Les autorités compétentes, les institutions et les organismes de liaison des deux Etats contractants se communiquent toute information concernant :

- a) Les mesures prises pour l'application de la présente Convention.
  - b) Les modifications de leur législation qui peuvent étendre l'application de la présente Convention.
2. Pour l'application de la présente Convention les autorités et les institutions des Etats contractants doivent s'entraider et agir comme s'il s'agissait de l'application de leur propre législation. Cette entraide est en principe gratuite.
3. Pour l'application de la présente Convention les autorités et les institutions des Etats contractants peuvent communiquer directement entre elles, ainsi qu'avec les personnes intéressées ou leur mandataires.
4. Les autorités, les institutions et les juridictions d'un des Etats contractants ne peuvent rejeter les requêtes ou autres documents qui leur sont adressés du fait qu'ils sont rédigés dans la langue officielle de l'autre Etat contractant.

#### *Article XIX*

Le bénéfice des exemptions ou réductions de taxes, de timbres, de droits de greffe ou d'enregistrement, prévus par la législation d'un des Etats contractants pour les pièces ou documents à produire en application de la législation de cet Etat, s'étend aux pièces ou documents analogues à produire en application de la législation de l'autre Etat contractant ou de la présente Convention.

2. Tous actes, documents et pièces quelconques à produire pour l'application de la présente Convention sont dispensés du visa de légalisation des autorités diplomatiques ou consulaires.

3. Les demandes et les recours qui devraient être introduits dans un délai déterminé auprès d'une autorité ou d'un organisme d'un des pays contractants, seront considérés comme recevables s'ils sont présentés dans le même délai auprès d'une autorité ou d'un organisme correspondant de l'autre pays.

#### *Article XX*

Les autorités, les institutions et les organismes des deux Etats contractants peuvent correspondre directement entre eux ainsi qu'avec les personnes intéressées en langue anglaise ou française ou dans leur langue officielle.

#### *Article XXI*

1. L'application de la présente Convention sera réglementée par des Accords Administratifs dont l'élaboration pourra être attribuée par les autorités compétentes à une Commission mixte composée de représentants des Parties contractantes.

2. Les Arrangements Administratifs visés au présent Article entreront en vigueur par échange de lettres entre les deux Gouvernements.

#### *Article XXII*

1. L'institution compétente d'un des Etats contractants est tenue d'effectuer, à la requête de l'institution compétente de l'autre Etat, les examens médicaux nécessaires pour les bénéficiaires qui se trouvent sur son territoire.

2. Les frais des examens médicaux ainsi que des examens nécessaires pour l'octroi de prestations seront à la charge des institutions qui ont effectué ces examens.

#### *Article XXIII*

1. Pour l'application de la présente Convention, toute requête, envoi de documents, demande de remboursement ou demande de renseignements se fait par l'intermédiaire des organismes de liaison.

Les organismes de liaison sont :

a) Pour la Grèce : l'Institut d'Assurances Sociales (I.K.A.);

b) Pour le Brésil : l'Institut National de Prévoyance Sociale (INPS) Instituto Nacional de Previdência Social.

2. Les organismes de liaison établiront selon les besoins et d'un commun accord les formulaires et lettres types requis pour l'application de la présente Convention.

3. Les organismes de liaison pourront également convenir des modalités administratives d'application de la présente Convention et de l'Arrangement Administratif en vue de permettre une application complète de la présente Convention, conformément à son esprit et à sa lettre.

#### *Article XXIV*

1. Les paiements selon la présente Convention doivent être effectués légalement dans la monnaie du pays contractant qui fait le paiement.

2. Au cas où des limitations monétaires seraient instituées dans l'un des deux Etats contractants, les deux Gouvernements prennent immédiatement et en commun des mesures pour assurer le transfert entre leurs territoires des sommes pécuniaires nécessaires aux buts de la présente Convention.

#### *Article XXV*

1. La présente Convention est conclue pour une durée indéfinie, sauf dénonciation par l'une ou l'autre des Parties contractantes. La dénonciation sera effectuée par voie diplomatique et prendra effet six mois après celui qui suivra la date de réception de la notification.

2. En cas de dénonciation, les stipulations de la présente Convention resteront applicables aux droits acquis pendant la période où elle était en vigueur.

3. Les droits en cours d'acquisition au moment où la présente Convention cessera d'être en vigueur seront prévus, d'un commun accord, par les Parties contractantes.

4. Les autorités consulaires des Etats contractants pourront représenter, sans mandat gouvernemental spécial, les ressortissants de leur propre État devant les autorités compétentes et les organismes de gestion en matière de sécurité sociale de l'autre Etat.

#### *Article XXVI*

Chaque Partie contractante notifiera à l'autre l'accomplissement des dispositions prises en vue de l'exécution de la présente Convention, laquelle entrera en vigueur le premier jour du deuxième mois qui suit celui au cours duquel les instruments de ratification auront été échangés.

#### *Article XXVII*

1. La présente Convention n'ouvre aucun droit au paiement de prestations pour une période antérieure à la date de son entrée en vigueur.

2. Toute période d'assurance accomplie en vertu de la législation de chacun des Etats contractants avant la date de l'entrée en vigueur de la présente Convention est prise en considération pour l'application des dispositions de cette Convention. La règle énoncée dans la phrase précédente ne touche pas aux dispositions des législations des deux Etats contractants qui se réfèrent au champ d'application temporel desdites législations. Les Accords Administratifs prévus par l'article XXI détermineront les modalités de l'application de la disposition précédente.

3. Les droits des intéressés qui ont été obtenus antérieurement à l'entrée en vigueur de la présente Convention et la liquidation d'une pension, peuvent être révisés à la demande de ceux-ci, compte tenu des dispositions de la Convention.

4. Dans les cas mentionnés au paragraphe 3, les prestations seront liquidées à partir de la date de présentation de la demande. Mais dans le cas où la demande est présentée dans un délai d'une année après la date d'entrée en vigueur de la Convention, les prestations seront liquidées à partir de cette date.

#### *Article XXVIII*

La présente Convention sera ratifiée par les deux Etats contractants selon la procédure de chacun et les instruments de ratification en seront échangés dans les meilleurs délais.

FAIT à Athènes le 12 septembre de l'an mil neuf cent quatre-vingt-quatre, en deux exemplaires originaux en langues portugaise, grecque et française. En cas de divergence d'interprétation le texte français prévaudra.

EN FOI DE QUOI, les plénipotentiaires des deux Etats contractants ont signé la présente Convention.

Pour le Gouvernement  
de la République Hellénique :

[Signé]

ROULA KAKLAMANAKI  
Secrétaire d'Etat à la sécurité sociale

Pour le Gouvernement  
de la République Fédérative  
du Brésil :

[Signé]

ALARICO SILVEIRA Junior  
Ambassadeur

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

**SOCIAL SECURITY CONVENTION<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE HELLENIC REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL**

The Government of the Hellenic Republic and  
The Government of the Federative Republic of Brazil,  
Desirous of regulating relations between the two countries in the field of social security,  
Have decided to conclude the following Social Security Convention:

**TITLE I****GENERAL PROVISIONS***Article I<sup>2</sup>*

- (a) The term "Greece" means the Hellenic Republic.
- (b) The term "Brazil" means the Federative Republic of Brazil.
- (c) The term "worker" means any person who has completed periods of insurance as defined in the legislation referred to in article II of this Convention.
- (d) The terms "family members", "survivors", and "dependants" shall have the meaning prescribed in the applicable legislation.
- (e) The term "legislation" means the laws, decrees, regulations and other provisions, existing or future, concerning the social security schemes referred to in article II of this Convention.
- (f) The term "competent authority" means the authority competent for the application of the legislation referred to in article II of this Convention and, in particular:

In the case of Greece, the Minister of Social Security;

In the case of Brazil, the Minister of Welfare and Social Security;

- (g) The term "competent institution" means the institution to which the person concerned is affiliated at the time of the claim for benefits or the institution from which the person concerned is entitled to claim benefits or would be so entitled if he or his family resided in the territory of the Contracting State in which that institution is situated.

---

<sup>1</sup> Came into force on 1 September 1988, i.e., the first day of the second month of the exchange of the instruments of ratification, which took place at Brasilia on 27 July 1988, in accordance with article XXVI.

<sup>2</sup> Identification of paragraphs reflects the official Portuguese alphabet of Brazil (information provided by the Government of Brazil) — Les paragraphes sont identifiés selon l'alphabet officiel portugais du Brésil (information fournie par le Gouvernement du Brésil).

- (h) The term "competent State" means the Contracting State in whose territory the competent institution is situated.
- (i) The term "liaison body" means the bodies designated by the competent authorities to communicate with each other and to approach the competent institutions in order to deal with matters relating to claims for benefits.
- (j) The term "insurance body" means the institution competent for the application of the legislation referred to in article II of this Convention.
- (l) The term "independent activity" means any paid occupational activity regularly engaged in by a worker for his own account.
- (m) The term "periods of insurance" means periods of contribution or employment as defined or recognized as periods of insurance by the legislation under which they were completed as well as periods treated as such in so far as these are recognized by that legislation as equivalent to periods of insurance.
- (n) The meaning of all other terms in the Convention shall be that assigned to them in the legislation of the Contracting States.

### *Article II*

1. This Convention shall apply:

(A) In Greece, to:

(a) The legislation concerning the general social security scheme covering wage-earning workers or persons treated as such with regard to the risks of old age, death, disability, sickness, maternity, industrial accidents and occupational diseases, and to family allowances;

(b) The legislation concerning special social security schemes providing coverage, against the risks defined in (a) above, for certain categories of wage-earning workers or persons treated as such and persons engaging in an independent activity or a liberal profession, except for the scheme for merchant seamen to which this Convention could be applied by agreement between the competent authorities.

(B) In Brazil, to: The legislation concerning the national system of welfare and social security (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS) and, in so far as there are reciprocal arrangements, the scheme for members of the Federal Civil Service.

2. This Convention shall also apply to legislation of the Contracting States extending the application of the existing legislation to new occupational categories or instituting new social security schemes, unless the Government of the Contracting State extending its legislation or establishing the new schemes notifies the Government of the other Contracting State, within six months after the date of the official publication of the provisions in question, of its wish to exclude those provisions from the scope of this Convention.

### *Article III*

This Convention shall apply to workers, regardless of their nationality, who are or have been subject to the legislation of one or both Contracting States, and to the members of their family or their dependants, when they reside in one Contracting State.

*Article IV*

Nationals of either Contracting Party residing in the territory of the other Party shall be entitled to the same advantages and subject to the same obligations as the nationals of that State.

*Article V*

1. The cash benefits granted under the legislative provisions of one or both Contracting States shall not be subject to reduction, suspension or withdrawal solely by virtue of the fact that the beneficiary resides in the other Contracting State.

2. Social security benefits recognized as payable under the legislation of either Contracting State to its own insured persons if they reside in the territory of a third State, shall be accorded on the same terms also to the nationals of the other Contracting State.

*Article VI*

If the legislation of one Contracting State makes access to voluntary or optional insurance coverage dependant upon the completion of insurance periods in accordance with its provisions, periods of insurance or employment completed under the legislation of the other Contracting State shall as far as possible be taken into account for these purposes, as though they were periods of insurance completed under the legislation of the first State.

**TITLE II****PROVISIONS CONCERNING APPLICABLE LEGISLATION***Article VII*

1. A worker to whom this Convention applies shall be subject only to the legislation of one Contracting State. Such legislation shall be determined in accordance with the provisions of this Title.

2. Subject to the provisions of this Convention:

(a) A worker employed in the territory of one Contracting State shall be covered by the legislation of that State, even if he has his domicile in the territory of the other State, or if the head office or domicile of the enterprise or employer employing him is in the territory of the other State;

(b) Crew members of a vessel registered in one Contracting State shall be subject to the legislation in force in that State. All other persons employed by the vessel for loading, unloading, repairing or guarding the vessel while in port shall be subject to the legislation of the State under whose jurisdiction the vessel comes.

3. Airline flight personnel shall be subject to the legislation of the Contracting State in whose territory the airline has its head office.

*Article VIII*

Notwithstanding the provisions of paragraph 2 (a) of the foregoing article:

(a) Members of diplomatic or consular missions and international organizations, and other officials of such missions and their domestic employees, shall be

covered, in social security matters, by the legislation, treaties and conventions applicable to them;

(b) Officials and comparable personnel of one Contracting State sent to perform their duties in the territory of the other State shall be subject to the legislation of the Contracting State in whose administration they serve;

(c) A worker in an enterprise having its head office in one Contracting State who is sent to the territory of the other Contracting State for a limited period shall continue to be subject to the legislation in force in the State of origin, provided that the duration of his employment in the territory of the other State is not expected to exceed twelve (12) months. This situation may, in exceptional cases, continue with the prior consent of the Government of the country in which the temporary employment is exercised;

(d) If the assignment is prolonged beyond the originally established period of twelve (12) months, owing to unforeseen circumstances, the legislation in force in the State in which the person is habitually employed may, as an exception, remain applicable, provided that the competent authority of the State of temporary employment gives its consent;

(e) The rules laid down in subparagraphs (c) and (d) of this article shall also apply to persons engaging in an independent activity in the territory of one Contracting State who go to the territory of the other State for a limited period in order to engage in that activity.

### *Article IX*

The competent authorities of the two Contracting States may by mutual agreement exempt certain workers or certain categories of workers from the provisions set forth in articles VII and VIII.

## **TITLE III**

### **SPECIAL PROVISIONS RELATING TO VARIOUS CATEGORIES OF BENEFIT**

#### **CHAPTER I**

##### **SICKNESS, MATERNITY AND FAMILY ALLOWANCES**

### *Article X*

If the legislation of one Contracting State makes the acquisition, maintenance or recovery of entitlement to benefits in cash or in kind contingent on the completion of periods of insurance or employment, the competent institution shall, as far as possible, take into account periods of insurance or employment completed under the legislation of the other Contracting State as if they were periods completed under the legislation of the first State.

### *Article XI*

1. A person entitled to a pension payable under the legislation of the two Contracting States, and members of his family residing permanently or temporarily

in the territory of the other State, shall receive benefits in kind from the institution of the State of permanent or temporary residence, at that institution's expense.

2. A person entitled to a pension payable under the legislation of only one Contracting State, and the members of his family residing permanently or temporarily in the territory of the other State, shall receive benefits in kind from the institution of the latter State in accordance with the legislation applicable in that State. The institution granting the pension shall reimburse the institution providing those benefits.

#### *Article XII*

The competent authorities may regulate, by means of an administrative agreement, the granting of sickness and maternity benefits to workers and members of their families who transfer their permanent or temporary residence to the territory of the Contracting State which is not the competent Contracting State, provided that they fulfil the conditions laid down in the legislation of the latter State.

#### *Article XIII*

The cost of benefits in kind provided under the provisions of this Convention by one Contracting State on behalf of the institution of the other State shall be reimbursed in the manner determined in the administrative agreements provided for in article XXI.

#### *Article XIV*

The competent authorities of the two Contracting States may, by mutual agreement, regulate, on the basis of their national legislation, the measures necessary for approval of the granting of family allowances in the territory of the Contracting State in which the competent institution is not situated.

### CHAPTER II

#### INVALIDITY, OLD AGE AND SURVIVORS

#### *Article XV*

1. (a) If a worker has been subject consecutively or alternately to the legislation of both Contracting States, the periods of insurance completed under the legislation of each State shall be aggregated, provided that they do not overlap, for the purpose of acquiring, maintaining and recovering entitlement to benefits.

(b) If the legislation of one Contracting State makes the granting of certain benefits contingent on the completion of periods of insurance in an occupation subject to special provisions, the periods completed in the other State under corresponding provisions or, failing this, in the same occupation or employment, shall be aggregated solely for the purpose of granting these benefits even if there are no special provisions for that occupation or employment in the other State. If, when these completed periods are taken into account, the person concerned does not fulfil the requirements for receiving such benefits, these periods shall be taken into account for the granting of benefits under the general provisions.

2. If a worker satisfies the requirements provided for the granting of benefits in the legislation of one Contracting State without the need to aggregate the insurance periods referred to in the foregoing paragraph, the competent institution of that State shall determine the amount of the benefits according to the periods of insurance completed solely in accordance with the provisions of the legislation applied by it. This provision shall also apply in the event that the beneficiary is entitled to benefits from the other Contracting State, calculated in accordance with paragraph 3.

3. When a worker is unable to claim entitlement to benefits solely on the basis of periods of insurance completed under the legislation of one Contracting State, the competent institution of that State shall determine the entitlement to benefits by aggregating the insurance periods completed under the legislation of the other Contracting State, as far as possible, so as to fulfil the conditions laid down by its own legislation and shall calculate the amount of the benefit in accordance with the following provisions:

(a) It shall determine the theoretical amount of the benefit that the person concerned could claim if all the aggregated periods of insurance had been completed in accordance with the provisions of its own legislation;

(b) It shall then determine the actual amount of the benefit to which the person concerned is entitled on the basis of the theoretical amount indicated in subparagraph (a) according to the ratio between the duration of the periods of insurance completed under the legislation applied by it and the duration of the periods of insurance completed in the two States.

4. If the legislation of one Contracting State provides that the calculation of benefits shall be based on wages or contributions, the institution determining the benefit under this article shall take into account only the amount of wages or contributions paid under the legislation applied by it.

5. Notwithstanding the provisions of paragraph 1 (a), if the total duration of the periods of insurance completed under the legislation of one Contracting State is less than one year and if, taking into account these periods only, no entitlement to benefits is acquired under the provisions of that legislation, the institution of that State shall not be required to provide benefits for those periods. On the other hand, the competent institution of the other Contracting State must take these periods of insurance into account, either for the establishment of such entitlement or for the calculation of the benefit.

#### *Article XVI*

The total amount of the benefits payable by the competent institutions of the Contracting States may not be less than the minimum benefit under the legislation of the Contracting State in whose territory the beneficiary resides.

#### *Article XVII*

If the legislation of one Contracting State makes the granting of benefits contingent on the condition that the worker should be subject to that country's legislation at the time when his claim to receive benefits is processed, this condition shall be deemed to be fulfilled if, at the time of such processing, he is subject to the legislation of the other State or is entitled to benefits in the other State.

## TITLE IV

### FINAL AND TRANSITIONAL PROVISIONS

#### *Article XVIII*

1. The competent authorities, institutions and liaison bodies of the two Contracting States shall communicate to each other all information concerning:
  - (a) Measures taken to implement this Convention;
  - (b) Amendments to their legislation which may extend the application of this Convention.
2. For the purpose of applying this Convention the authorities and institutions of the Contracting States shall assist each other and act as though applying their own legislation. Such mutual assistance shall in principle be free of charge.
3. For the purpose of applying this Convention, the authorities and institutions of the Contracting States may communicate directly with each other and with the persons concerned and their representatives.
4. The authorities, institutions and courts of either Contracting State may not reject applications, or other documents addressed to them, on the grounds that they are written in the official language of the other Contracting State.

#### *Article XIX*

1. Any exemption or reduction of stamp duties, or notarial or registration fees, provided for in the legislation of one Contracting State for certificates or documents required to be submitted in application of that State's legislation, shall apply also to any similar certificates or documents to be submitted in application of the legislation of the other Contracting State or of this Convention.
2. Certificates, documents and papers of any kind that need to be produced for the application of this Convention shall not require authentication by the diplomatic or consular authorities.
3. Applications, declarations or appeals that must be submitted to an authority or body of one Contracting State within a specified time-limit shall be deemed to be admissible if submitted within the same time-limit to a corresponding authority or body of the other State.

#### *Article XX*

The authorities, institutions and bodies of the two Contracting States may correspond directly with each other, and with the persons concerned, in their official language or in English or French.

#### *Article XXI*

1. The application of this Convention shall be regulated by means of administrative agreements, the preparation of which may be assigned by the competent authorities to a Joint Commission composed of representatives of the Contracting Parties.
2. The administrative agreements referred to in the foregoing paragraph shall enter into force through an exchange of notes between the two Governments.

*Article XXII*

1. The competent institution of one Contracting State shall be required, at the request of the competent institution of the other State, to carry out the necessary medical examinations for beneficiaries who are present in its territory.
2. The costs of the medical and other examinations and tests needed for the granting of benefits shall be paid by the institutions carrying out the examinations.

*Article XXIII*

1. For the purpose of applying this Convention, any petition, dispatch of documents, application for reimbursement or request for information shall be made through the liaison bodies, which shall be:
  - (a) In the case of Greece: The Social Insurance Institute (I.K.A.);
  - (b) In the case of Brazil: The National Social Insurance Institute (INPS).
2. The liaison bodies shall prepare as necessary and by mutual agreement the forms and model letters required for the application of this Convention.
3. The liaison bodies may also establish by agreement administrative procedures for the application of this Convention and of the administrative agreements in order to ensure that the Convention is implemented as effectively as possible, in keeping with the spirit and the letter of the Convention.

*Article XXIV*

1. Payments arising from this Convention shall be made legally in the currency of the Contracting State making the payment.
2. Should currency restrictions be introduced in one Contracting State, the two Governments shall immediately and jointly take steps to ensure the transfer between their territories of the sums of money necessary for the purposes of this Convention.

*Article XXV*

1. This Convention shall remain in force for an indefinite period unless it is denounced by either of the Contracting Parties. Notice of such denunciation shall be given through the diplomatic channel and the denunciation shall take effect six months after the month following the date of receipt of such notice.
2. In the case of denunciation, the provisions of this Convention shall continue to apply to entitlements acquired during the period in which it was in force.
3. Entitlements which are in the process of being acquired on the date of expiry of this Convention shall be provided for by mutual agreement between the Contracting Parties.
4. The consular authorities of the Contracting States may, without special governmental instructions, represent nationals of their own State before the competent authorities and the social insurance bodies of the other State.

*Article XXVI*

Each Contracting State shall notify the other of the completion of the formalities for the implementation of this Convention, which shall enter into force on the

first day of the second month following the month in which the instruments of ratification are exchanged.

#### *Article XXVII*

1. No benefits shall be payable under this Convention for any period prior to the date of its entry into force.

2. Any period of insurance completed under the legislation of either Contracting State before the entry into force of this Convention shall be taken into consideration for the application of the provisions of this Convention.

The rule set forth in the foregoing sentence shall not affect the provisions of the legislation of the two Contracting States that refer to the temporal scope of such legislation. The administrative agreements provided for in article XXI shall determine the procedure for implementing the foregoing provision.

3. Entitlements acquired prior to the entry into force of this Convention and pensions which have been granted may be reviewed on the petition of the persons concerned, taking into account the provisions of this Convention.

4. In the cases referred to in paragraph 3 of this article, benefits shall be granted from the date of submission of the petition. However, if the petition is made within two years of the date of entry into force of the Convention, benefits shall be payable from that date.

#### *Article XXVIII*

This Convention shall be ratified by the two Contracting States in accordance with their own procedures and the instruments of ratification shall be exchanged as soon as possible.

IN WITNESS WHEREOF, the plenipotentiaries of the two Contracting States have signed this Convention.

DONE at Athens, on 12 September 1984, in three original copies, in the Portuguese, Greek and French languages. In the case of differing interpretations, the French text shall prevail.

For the Government  
of the Hellenic Republic:

[Signed]

ROULA KAKLAMANAKI  
Secretary of State for Social Security

For the Government  
of the Federative Republic  
of Brazil:

[Signed]

ALARICO SILVEIRA Junior  
Ambassador